

ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558

Seção Resenha  
Volume 27, Número 1, janeiro-abril de 2025

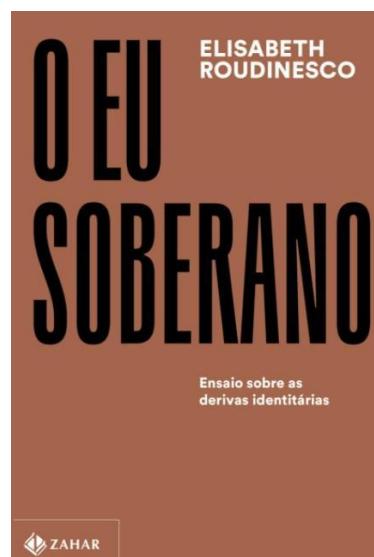
Submetido em: 18/02/2025  
Aprovado em: 09/05/2025

## AS POLÍTICAS DE NARCISO OU QUANDO “O EU” RESOLVE EXISTIR: uma análise de gênero de “O Eu Soberano”, de Elisabeth Roudinesco

**Resenha do livro:** ROUDINESCO, Elisabeth. *O Eu soberano: ensaios sobre as derivas identitárias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2022. p. 204.

Edmarcius Carvalho NOVAES<sup>1</sup>  
Universidade Vale do Rio Doce (Univale)

Bernardo Gomes Barbosa NOGUEIRA<sup>2</sup>  
Universidade Vale do Rio Doce (Univale)



<sup>1</sup> Doutor Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). Professor e pesquisador na Universidade Vale do Rio Doce. Atua no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território – E-mail: edmarcius@hotmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1901-0167>.

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais com estágio de Doutoramento na Universidade de Coimbra. Professor e Pesquisador no Mestrado Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – E-mail: bernardo.nogueira@univale.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8882-6223>.

Conta-se na mitologia grega que Narciso, filho do deus do rio Cefiso e da ninfa Liríope, encantado com seu próprio reflexo, e ao desprezar suas pretendentes, caiu à beira da fonte de água em que sua imagem estava refletida, vindo a afogar e falecer. Tornou-se símbolo da vaidade, pois ao não perceber que se tratava de uma imagem e não de si próprio, condenou-se à morte por falta de alteridade. Se o conto mitológico de Narciso serve para exemplificar a importância da falta de empatia e da necessidade de ter cuidado com a vaidade, ele também serve a reflexão que ora apresentamos da obra “O Eu Soberano” de Elisabeth Roudinesco (2022), com destaque às críticas empreendidas pela autora sobre questões pertinentes ao campo de estudos de gênero e de sexualidades.

Em suma, trata-se de uma análise crítica empreendida em que partimos do pressuposto de que as afirmações identitárias são tomadas como aquelas que pautam as identidades como pertencimentos, e que por isso, são hierarquizadas socialmente. A obra é dividida em seis partes nas quais a autora destina-se a rebater questões de gênero e sexualidades, raça, pós-colonialidades e interseccionalidades. Nesta escrita, focamos exclusivamente no primeiro marcador identitário, analisando as questões afeitas ao campo dos estudos de gênero problematizadas pela psicanalista.

Já no prefácio, Roudinesco (2022) atira nos movimentos de emancipação identitária, afirmando que estes mudaram de direção nos últimos tempos. Para autora, se antes preocupavam-se em como mudar o mundo, trazendo-lhe progressos, agora se preocupam-se mais em proteger as populações identitárias às eles pertencentes do que com o que, de fato, as ameaçam. Essa mudança, segundo a autora, na verdade, seria o resultado de um desejo de visibilidade engendrado pelos identitaristas, que usam de seus marcadores para se autoafirmarem, por meio da indignação contra aqueles que os oprimem, o que, de certa forma, acaba por reproduzir seus modus operandi. A identidade se tornaria, assim, um exercício acadêmico e militante de identitarismo.

O cerne de sua crítica está, portanto, justamente no que para a autora significa essa mudança epistemológica sobre a identidade: tais organizações de designação identitária (que poderiam ser nomeadas pela autora como ‘horror identitário’, como propõe Guy Sorman), alteraram a lógica de que a identidade é, antes de tudo, “múltipla e inclui em si o estrangeiro”, para uma concepção de que se trata de um pertencimento, em que o “sujeito é reduzido a uma ou várias identidades hierarquizadas”. Ao criticar essa mudança epistemológica, a autora aduz à interpretação psicanalítica pós-freudiana tal girada, que, para ela, reflete uma “vontade de

### **AS POLÍTICAS DE NARCISO OU QUANDO “O EU” RESOLVE EXISTIR**

acabar com a alteridade, reduzindo o ser humano a uma experiência específica” (Roudinesco, 2022, p. 10-11).

Para provar o que lhe causava desesperança em se ter um mundo possível – tal qual Narciso em um exercício de pensar o (seu) mundo a partir de si – e de suas leituras psicanalíticas, Roudinesco (2022) engendra nos capítulos uma série de emulações sobre as perspectivas identitárias, tidas por ela como “trevas”, ou “delírio, conspiração, rejeição do outro, incitação ao assassinato e racialização das subjetividades” (Roudinesco, 2022, p. 12). Independente do foco identitário em destaque, de forma binária e simplista, em cada capítulo a autora ratifica que tais movimentos identitários servem para uniformização e extinção do mundo, fragmentando as culturas.

No capítulo “A galáxia do gênero”, foco desta escrita, de forma um tanto conservadora, Roudinesco mira em Simone de Beauvoir, passa por Robert Stoller e chega em Judith Butler, para se posicionar em uma leitura simplista que se recusa a pensar fora de uma lógica que associa gênero à sexo biológico. Ao criticar as referências citadas, reforça, em uma concepção ultrapassada, que a sexualidade da mulher não deva ser objeto de análises antropológicas e de vivência existencial.

Para tanto, utiliza-se da perspectiva freudiana para iniciar uma discussão em que a ideia da bissexualidade psíquica se torna central na sexualidade humana, destacando que cada corpo reprime o que é próprio do seu oposto (a mulher, o pênis; o homem, a feminilidade). Ao se atrelar a perspectiva biológica da sexualidade, a autora assim entende que para Freud a sexualidade é uma construção social e psíquica, porém, com um destino anatômico para essa construção social, o qual deve ser reconhecido “para melhor se emancipar dele” (Roudinesco, 2022, p. 30), a fim de permitir a vivência da reprodução humana, do desejo e do gozo, a partir de aspectos biológicos. A psicanálise trabalharia desta forma com essa liberdade do ser humano, em que a sua anatomia seria como um destino.

A seguir, a autora passa a criticar as políticas identitárias como políticas de emancipação, apontando o que denomina como decepções dos estudos de gênero. Alega que ao utilizarem das contribuições de Foucault, Derrida e Perrot, as políticas de emancipação, que anteriormente pautavam reivindicações de cunho social, passaram a servir aos desejos da esquerda norte-americana, transformando-se de uma militância clássica para uma política identitária, que pauta não somente aspectos subjetivos, mas também de intervenções diretas em corpos, com direito a mudanças radicais.

### ***AS POLÍTICAS DE NARCISO OU QUANDO “O EU” RESOLVE EXISTIR***

Para tecer suas críticas, problematiza aspectos específicos das vivências da intersexualidade (e como amante da perspectiva biológica de gênero, a nomeia de ‘hermafroditismo’) e da transexualidade, exemplificando seu posicionamento e entendendo tais identidades de gênero quase como abjetas, por não terem a possibilidade de vivenciar prazeres sexuais, uma vez seriam vinculadas à “corpos mutilados”.

A autora critica o impacto político destes movimentos, com a retirada da homossexualidade da lista de doenças mentais em 1973 pela American Psychiatric Association (APA). Problematica que com isto não seria mais necessário pensar a orientação sexual em uma perspectiva clínica, específica do campo psiquiátrico, capaz de nomear as formas de atração e desejo a partir da presença biológica de dois órgãos性uais, passando, desta forma, os LGBTQIA+ a se autonomearem e reivindicarem por direitos. Cabe a reflexão de como tal perspectiva é reducionista, uma vez que os saberes clínicos não são a única e legítima fonte de explicação da existência de identidades, muito menos legitimadora de direitos para distintas formas de identidades de gênero e sexualidades. Em um exercício oposto, numa lógica binária como é a da autora, é plausível se perguntar: um heterossexual necessita de um laudo psiquiátrico para se compreender como tal, e a partir da heteronormatividade reivindicar seus direitos?

Ao voltar à psiquiatria, Roudinesco (2022) lamenta a derrocada da autoridade médica psiquiátrica e a ascensão do poder de opinião pública das identidades no cenário político. A autora chega a afirmar que as classificações dos dois primeiros DSM, entre 1952 e 1968, nomeavam algumas afecções psíquicas inclusive como perversões, patologias, neurose, e que estas classificações “possuíam certa coerência” (Roudinesco, 2022, p. 43). Sua crítica descabida se dá porque houve mudanças também na forma como a psiquiatria passou a considerar outras formas de comportamentos a partir dos anos 1970, com os estudos sobre as personalidades múltiplas dadas nas formas de viver de cada indivíduo, inicialmente com foco nas mulheres.

Em relação à perspectiva queer, a autora critica a mudança semântica dada à terminologia nos movimentos identitários, ao se politizar o termo. Antes ditos como duvidosos, bizarros, tortos, agora com a conotação política, as identidades queers servem, segundo a autora, “para embaralhar as diferenças ao esmagar com performances e radicalidade toda a bagagem da herança beauvoiriana” (Roudinesco, 2022, p. 47). Ao culpabilizar Judith Butler pelo tom político dado a questão queer em suas escritas sobre os invisíveis e suas vidas precárias, demonstra novamente uma leitura complexa e contraditória do que seria a perspectiva queer.

### ***AS POLÍTICAS DE NARCISO OU QUANDO “O EU” RESOLVE EXISTIR***

Assim, justamente por se manter presa a concepção de gênero associada ao sexo biológico, a psicanalista se confunde ao realizar uma reflexão especulativa levando para uma prática política concreta, em que afirma serem as articulações identitárias uma tentativa de generalizar corpos de machos e fêmeas, fazendo-os se tornarem hermafroditas e bissexuais.

A partir disto, em um exercício reflexivo totalmente conservador, passa a questionar o direito à reprodução de pessoas transexuais, de realização de intervenções corporais – e pasmem, incluindo tatuagens –, em seus corpos, além da problemática constituição de famílias transgêneras, em que a transição seria obrigatória para os “disfóricos de gênero”, devendo ser autorizada previamente pelos saberes clínicos e jurídicos, em uma forma de censura prévia, a qual a própria autora condenou anteriormente.

Como binária que é sua leitura sobre os aspectos identitários de gênero na obra, a autora ainda apresenta preocupações com crianças transgêneras e a possibilidade de intervenções por ela consideradas precoces. Apresenta também, sob a mesma perspectiva, a preocupação com a utilização de banheiros públicos por pessoas transexuais como um exemplo de regressão coletiva em decorrência do reconhecimento de direitos e de medidas antidiscriminatórias adotadas pelo governo americano àquela época, ao permitir a utilização de banheiros e vestiários por pessoas transexuais conforme a própria percepção de sua identidade de gênero.

A normalidade também é saudosista quando a autora pensa nos demais capítulos sobre as questões relativas à raça, pós-colonialidades, negritude e vivências interseccionais, todas desqualificadas em prol de um coletivo imaginário (Ana Carolina Borges Leão Martins, 2022), calcado em “normalidades sociais”, cujo exercício de divergir é, para a autora, um apego de um “eu soberano”, que causa angústias identitárias em razão de novos olhares no campo das ciências humanas.

Roudinesco (2022) caminha para pensar na guerra de identidade contra identidade, graças ao que denomina como narcisismo das pequenas diferenças, que querem existir, às custas de se modificar os ideais da República Francesa de igualdade, bem-estar (liberdade) e cuidado mútuo (fraternidade). Os identitários, sejam de extrema direita ou esquerda, para a autora, distorcem pensamentos de seus antepassados (Sartre, Fanon, Foucault, Cesaire, dentre outros), renegando às luzes e ao progresso, em nome de uma pós-modernidade cuja crítica, para a autora, envelheceu mal, por ser radical e por inverter no avanço da civilização.

Desta forma, em uma perspectiva que soa como um tanto elitista e superficial, Elizabeth Roudinesco (2022) não ultrapassa epistemologicamente uma leitura binária e simplista em sua

### ***AS POLÍTICAS DE NARCISO OU QUANDO “O EU” RESOLVE EXISTIR***

obra, em especial, dos estudos de gênero e de sexualidades, ao conceber que tudo ou deva ser uma construção identitária preocupada como o universal, ou torna-se uma configuração identitária autoritarista e anti-civilizatória, constituindo-se em políticas de Narciso.

No entanto, a leitura da obra ainda assim é relevante, pois, mesmo que somente em nome do contraditório, ela auxilia ao pensar em que medida outras formas de se lidar com as possibilidades de diálogo com o outro, o estrangeiro, não significam, de fato, a perpetuação da invisibilidade de existências que ainda não são politicamente (re)conhecidas no campo político, sem que isto seja tomado, necessariamente, como um capricho narcísico de autoafirmação, e que, em um viés psicanalítico, se configura no que Roudinesco (2022) denomina como “o eu-soberano”, o que entendemos se tratar, na verdade, de um infeliz momento narcísico autoral.

## Referências

MARTINS, Ana Carolina Borges Leão. O Eu Suburbano (ou com o perdão de Fanon). **Lacuna – Uma Revista de Psicanálise**, n. 13, p. 11-13, 2022.

ROUDINESCO, Elisabeth. **O Eu soberano**: ensaios sobre as derivas identitárias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2022. p. 204.



Esta é uma RESENHA publicada em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.